

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO
CURSO PSICOLOGIA

GABRIELE DA SILVA VALE

O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DOS POLICIAIS MILITARES EM
DECORRÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS IMPOSTAS PELA PRÁTICA PROFISSIONAL

São Luís
2022

GABRIELE DA SILVA VALE

**O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DOS POLICIAIS MILITARES EM
DECORRÊNCIA DAS EXIGÊNCIAS IMPOSTAS PELA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Projeto apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador(a): Prof. Me. Lidiane Verônica Collares da Silva.

São Luís

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Vale, Gabriele da Silva

O adoecimento psicológico dos Policiais Militares em decorrência das exigências impostas pela prática profissional / Gabriele da Silva Vale. __ São Luís, 2022.

50 f.

Orientador: Prof. Me. Lidiane Verônica Collares da Silva
Monografia (Graduação em Psicologia) - Curso de Psicologia – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2022.

1. Adoecimento psicológico dos policiais militares. 2. Prática profissional da polícia militar. 3. Polícia militar. 4. Formação do policial militar. I. Título.

CDU 159.9:616.89

GABRIELE DA SILVA VALE

**O ADOECIMENTO PSICOLÓGICO DOS POLICIAIS MILITARES EM
DECORRÊNCIA DAS EXIGENCIAS IMPOSTAS PELA PRÁTICA PROFISSIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Lidiane Veronica Collares da Silva (Orientadora)

Mestrado em Psicologia - UFMA

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Profa. Ma. Caroline Gonzaga Torres

Mestrado em Psicologia - UFC

Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

Capitão PM - Psicólogo Jadson Ramos e Sousa Santos

Mestrado em Psicologia – UFMA

Secretaria de Estado e Segurança Pública – Polícia Militar do Maranhão

Dedico essa monografia
primeiramente a Deus, depois a minha
mãe, meu pai, minha avó materna e
minha família.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por ter me guiado durante todo esse processo universitário e fortalecido diante dos momentos difíceis em relação a minha saúde e tratamento. Por ser a minha fortaleza e abrigo em meio a tantos conflitos, por me dar esperança todos os dias, sem Deus não chegaria até aqui, mas isso foi possível graças a Ele!

Aos meus pais, Lucélia Pinheiro da Silva e Valdinete Maciel Vale que tanto lutaram para me proporcionar uma educação de qualidade e por apoiarem os meus sonhos profissionais. Em especial, agradeço a minha mãe que foi uma figura extremamente importante durante toda essa caminhada, me acompanhando no tratamento da minha doença e incentivando na retomada ao curso.

Agradeço a minha avó materna por todo apoio e incentivo, pelas orações realizadas e por acreditar no meu potencial. E aos meus irmãos, Filipe Martins, Gardielly Vale e Grazielly Vale por me motivarem e serem minha inspiração como pessoas, por acreditarem no meu desenvolvimento, por contribuir para a realização desse momento. Como também, a minha cunhada Prof.^a Me. Gleiciane Brandão Carvalho que contribuiu para a realização desse trabalho.

Por fim, agradeço ao corpo docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UNDB que contribuíram para o meu processo de ensino-aprendizagem e por terem sido excelentes profissionais, dando os respaldos teóricos para minha formação. Em especial, o meu mais sincero obrigada a minha orientadora Prof.^a Me. Lidiane Verônica Collares da Silva, pela paciência na construção deste trabalho, por ser uma orientadora presente, por dar o direcionamento e apontamentos necessários, como também, por ser uma psicóloga e professora competente e qualificada, no qual tenho como inspiração profissional.

“O possível está para o eu assim como para os pulmões o oxigênio.”
(KIERKEGAARD, 1849, p. 348)

RESUMO

A classe policial está vinculada ao dever estatal de garantia da segurança pública para a população. Quando decide ingressar na Polícia Militar, o sujeito passa por um treinamento que produzirão traços da cultura militar. Por ser uma profissão que está diretamente vinculado aos riscos da violência e por ser sustentada em dois pilares fundamentais: disciplina e hierarquia. Com base no exposto, o presente trabalho tem como objetivo principal compreender os possíveis prejuízos acarretados na saúde mental do policial durante a sua prática. Assim, as pesquisas bibliográficas demonstraram os resultados obtidos através dos estudos de tópicos que descreveram a formação do policial e as funções exercidas em sua prática; bem como, foram elencadas pesquisas que indicam o adoecimento psicológico dos policiais em razão do trabalho exercido e, por fim, foram demonstrados quais os serviços e como ocorrem o atendimento de apoio psicológico aos policiais civis e militares. Deste modo, percebe-se que o policial militar se torna vulnerável ao surgimento de distúrbios emocionais em detrimento do trabalho que desempenha, como também, pela pressão e exigência das suas Instituições. Assim, conclui-se que as práticas relacionadas a profissão do policial militar geram uma série de fatores que desencadeiam doenças e transtornos psicológicos, causando sofrimento na vida desse sujeito.

Palavras-chave: Adoecimento Psicológico do Policial militar. Polícia Militar. Prática profissional da Polícia Militar. Formação do Policial Militar. Saúde Mental.

ABSTRACT

The police are linked to the state's duty to guarantee public safety for the population. When the subject decides to join the police, he undergoes training that will produce traces of military culture. Because it is a profession that is directly linked to the risks of violence and because it is sustained by two fundamental pillars: discipline and hierarchy. The police officer becomes vulnerable to the emergence of emotional disorders due to the work he/she performs, as well as due to the pressure and demands of his/her institutions. Based on the above, this article has as its main objective to understand the possible damages caused to the mental health of the policeman during his practice. Thus, the bibliographical research will demonstrate the results obtained through the study of topics that will describe the formation of the policeman and the functions performed in his praxis; as well as, research will be listed that indicate the psychological illness of policemen due to the work they do and, finally, it will be demonstrated which services and how the psychological support to civil and military policemen occurs. Thus, the hypotheses raised throughout the article will be analyzed by means of the hypothetical-deductive method, which will demonstrate whether its character is effective when applied to the context of the mental health of policemen and correlating psychological illness with professional practice. Thus, it is concluded that the practices related to the police profession generate a series of factors that trigger diseases and psychological disorders, causing suffering in the life of this subject.

Keywords: Psychological Illness of the Military Police. Military police. Professional practice of the Military Police. Military Police Training. Mental health.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAS	Centro de Apoio Social de São Paulo
CE	Ceará
CETE	Centros Terapêuticos
CFO	Curso de Formação de Policiais
HPM	Hospital da Polícia Militar
JPAP	Juntas Permanentes de Avaliação Psiquiátrica
MEC	Ministério da Educação
NAP	Núcleo de Apoio Psicossocial
NGE	Normas Gerais de Ensino
PAAPM	Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar
PM	Polícia Militar
PMMG	Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
PMPB	Polícia Militar da Paraíba
PPMS	Programa de Prevenção em Manifestações Suicidas
PrAP	Programa de Aconselhamento Psicológico
PROSEN	Programa de Sensibilização para o Encerramento da Carreira
RN	Rio Grande do Norte
SC	Santa Catarina
SEVAP	Serviço de Valorização Profissional
SGEX	Secretária Geral do Exército
SiSMen	Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-traumático

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A FORMAÇÃO DO POLICIAL.....	15
3 OS FATORES INDICATIVOS DE ADOECIMENTO MENTAL DOS POLICIAIS ...	20
3.1 O índice de suicídio em policiais militares	27
4 A PREVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO MILITAR.....	32
4.1 Serviço de acompanhamento psicológico na Polícia Militar	36
5 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as Corporações de Polícia Militar, possui diversas responsabilidades complexas diante dos graus e tipos de violência existentes no país. Segundo Costa e Amaral (2018), o policial militar possui um papel fundamental em promover e garantir a segurança pública da sociedade, competindo ao mesmo o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, de modo que o policial corre riscos a todo o momento, tanto físicos quanto psicológicos.

Desta forma, ao ingressar na Polícia Militar o sujeito passa por uma série de mudanças para se tornar militar, perpassando exigências discursivas e escritas presentes nesse contexto cultural, produzindo assim traços próprios da natureza militar. Por estar cercado de cobranças, seja da própria instituição ou da população, que exigem somente o sucesso em suas tarefas, o policial por diversas vezes não demonstra suas frustrações, conflitos ou emoções. (LUSTOSA, GONÇALVES, 2017)

Neste sentido, Zenetin e Amaral (2018) apontam que mais de cem mil policiais sofrem distúrbios psicológicos. Dados que foram coletados na pesquisa indicam que 15,6% de policiais já tiveram algum tipo de distúrbio psicológico detectado e que 68,4% dos policiais têm medo de morrer em serviço ou de sofrerem algum tipo de ameaça a sua integridade física. Com base nisso, como as vivências experimentadas durante a prática do policial podem acarretar em prejuízos a sua saúde mental?

Para alcance desta problemática, tem-se como objetivo geral compreender os possíveis prejuízos acarretados na saúde mental do policial durante a sua práxis; e por objetivos específicos descrever desde a formação do policial até as funções exercidas em sua práxis; elencar pesquisas que indicam o adoecimento psicológico dos policiais em razão do trabalho exercido e demonstrar quais os serviços e como ocorrem o atendimento de apoio psicológico aos policiais militares.

O presente trabalho utiliza como método de abordagem o método hipotético-dedutivo, pois foi elaborado em cima dos possíveis prejuízos ocasionados a saúde mental do policial. Trabalha-se em cima das hipóteses

previamente definidas, tendo como primeira hipótese que o processo de trabalho do policial exige que ele esteja sempre apto para apresentar resultados satisfatórios aos comandos militares e de segurança pública, desempenhando suas funções em máxima excelência, seja nas atividades administrativas ou nas externas, acarretando altos níveis de estresse. E como segunda hipótese a formação do policial não tem o devido preparo emocional e acompanhamento psicológico devido às instituições de segurança pública estarem focadas no treinamento físico, o que ocasiona na sua práxis um profissional vulnerável ao adoecimento psicológico.

Para que, buscando confirmar sua veracidade ou entender que elas são falsas, desenvolver em seu corpo respostas para a discussão acerca de como a práxis do policial pode desenvolver sofrimento psíquico ao mesmo, a fim de construir uma conclusão coerente que analise a matéria em debate os fundamentos que a legitimam. A pesquisa é considerada de cunho bibliográfico – revisão narrativa de literatura - ou seja, com base em artigos científicos, trabalhos acadêmicos (monografia, dissertação e tese), legislação, jurisprudência e anais de eventos. A pesquisa se deu através de temas como: saúde mental do policial, adoecimento no trabalho, índices de adoecimento da PM. Tais meios bibliográficos foram utilizados para se atingir os objetivos deste trabalho, debatendo, de forma descritiva, acerca de como as atividades policiais influenciam na saúde mental do policial.

A atividade profissional do policial é considerada como um trabalho perigoso, tanto para sua própria vida, como da família. Neste ponto, cabe destacar que o fato de passar horas em estado de alerta, não ter o sono regulado e estar em contato com um ambiente estressante provoca um certo desequilíbrio no seu estado emocional. Para Oliveira e Santos (2010, p.226) “o policial militar deve distinguir o bem do mal, podendo desprezar o elemento ético de sua conduta. Ele terá que decidir entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto e também entre o honesto e o desonesto”.

Além disso, existem outros fatores que acarretam no adoecimento psicológico dos policiais, uma vez que pesquisas apontam “os policiais são vítimas de acidente e violências que levam a morte prematura” (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p.226). Somado a isto, vale destacar que pouco se fala sobre

a saúde mental dos policiais sendo este ainda um estigma na sociedade, pois se tem a figura do policial como um ser forte, sem emoções ou racional, associando este a imagem de alguém livre de conflitos emocionais.

Baseado nisso, o tema foi escolhido pela pesquisadora por despertar interesse em compreender os altos índices adoecimento psicológicos em policiais por causa do trabalho, como também adquirir conhecimento teórico e de aprendizagem em assuntos pertinentes a área sob à perspectiva da Psicologia e as contribuições que esta pode proporcionar para o meio. Diante disso, a pesquisadora decidiu trabalhar nesse tema para contribuir para seu conhecimento, como também para contribuir com a comunidade acadêmica.

Observando sob um viés acadêmico, a presente pesquisa é relevante, pois se trata de um estudo que poderá contribuir para outros pesquisadores que buscam conhecer como se dá a atenção em saúde mental aos policiais, estudando desde a formação até a prática profissional, podendo assim agregar no conhecimento acadêmico. Dessa forma, este trabalho se faz importante na academia por incentivar novos universitários a entenderem acerca da importância de o acompanhamento psicológico ao policial bem como estimular para o surgimento de novas pesquisas na área.

Quanto a relevância no âmbito social, visa contribuir para o conhecimento da sociedade acerca do trabalho do policial, dos impactos que as cobranças causam na sua profissão, bem como na vida pessoal. Apresentando informações sobre pesquisas da área, a fim de alertar a população e as instituições de segurança pública que os policiais, assim como outros profissionais, possuem demandas e conflitos psicológicos que precisam ser investigados e cuidados. Sendo assim, pretende contribuir com informações pertinentes para o esclarecimento social quanto à atuação do policial, seja nas ruas ou nas funções administrativas.

2 A FORMAÇÃO DO POLICIAL

No Brasil, a formação do PM segue as diretrizes de Ensino Policial Militar, sendo que cada estado adapta a grade curricular de acordo com a especialização que será atribuída ao policial em questão. No entanto, há uma grande discussão sobre a formação adequada visto que a polícia enfrenta diversas situações, bem como trabalhos a serem realizados.

O surgimento da polícia em território brasileiro se deu em 13 de maio de 1809 a partir da criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia de Corte, mas somente em 1969 que a polícia passou a ser considerada como Força Auxiliar e Reserva do Exército Brasileiro. Posteriormente, em 1988 a partir da Constituição Federal, a polícia passa a ser denominada como responsável pela segurança pública, bem como pela preservação da ordem e proteção dos patrimônios e pessoas. Sendo de responsabilidade aos órgãos dos bombeiros e da polícia: civil, militar, federal, rodoviária, penal e ferroviária. Seja na esfera federal, estadual ou distrital (VIANA, 2018).

Neste sentido, o Art.144 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), dispõe acerca das polícias:

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988)

Desta forma, percebe-se que cada órgão policial possui suas características de trabalho e funções, porém é destacado o perigo eminente encontrado em alguns tipos de polícia, bem como serem responsáveis por defender a segurança pública. Tal característica fica mais evidente na polícia militar, uma vez que esta é ostensiva, estando na linha de frente da preservação e defesa da ordem pública. (COSTA; AMARAL, 2018)

Assim, cabe destacar que o primeiro passo na formação profissional do policial militar é a Academia, no qual ele passará por um processo de ensino e familiarização com a cultura militar, fazendo assim com que este tenha os princípios e doutrinas que pautam esta cultura diferenciando-se da cultura da

sociedade. Para tanto é necessário entender, segundo Viana (2018), que a polícia militar possui dois pilares fundamentais: hierarquia e disciplina.

A Disciplina, entendida como: rigorosa obediência às leis, aos regulamentos, normas e disposições; correção de atitudes na vida pessoal e profissional; pronta obediência às ordens dos superiores; fiel cumprimento do dever. A disciplina deve ser consciente e não imposta. Hierarquia, traduzida como a ordenação da autoridade em diferentes níveis. É alicerçada: no culto à lealdade, à confiança e ao respeito entre chefes e subordinados; na compreensão recíproca de seus direitos e deveres; na liderança em todos os níveis. (SGEX, 2002, p.8)

A partir disso, Winter e Alf (2019) comentam que a cultura militar também é uma doutrina, composta de valores e princípios que regem a vida do policial tanto no âmbito profissional como no pessoal, uma vez que ao adentrar na carreira militar este passa por um processo de transformação que vai para além de um estilo de vida, torna-se parte da sua personalidade, pensamentos, ações e caráter.

Assim, a polícia militar é composta de tradições históricas advindas do Exército, sendo conhecidas como valores militares. Tais manifestações englobam o patriotismo, civismo, amor a profissão, fé na missão do Exército, aprimoramento técnico-profissional e o espírito de corpo. Esses valores regem e orientam o modo de agir das instituições policiais em todos os estados e municípios (SGEX, 2002).

De acordo com Luiz (2003), o primeiro passo para adentrar na polícia é a aprovação em um concurso público ofertado em determinado território, podendo ser de âmbito federal, estadual, distrital ou municipal. Outro meio de adentrar, seria através do vestibular para o Curso de Formação de Oficiais - CFO. Em termos estaduais, a Polícia Militar passa por um processo de ensino militar após a aprovação, as chamadas Academias de Ensino Militar. Tal formação varia, em média de 2 a 4 anos, no entanto, cabe frisar que o Ensino Militar possui níveis de educação, assim como o Educação regular preconizada pelo Ministério da Educação - MEC.

Baseado nisso, Brand e Tolfo (2012) colocam que o ensino básico é compreendido como a educação infantil, fundamental e médio. Sendo estas ofertadas pelas escolas militares e dos bombeiros, no qual parte do princípio de desenvolver a criança ou o jovem a formação comum para o exercício da

cidadania, como também dando respaldo educacional para outras formações posteriores.

Nesse íterim, o ensino profissional técnico é caracterizado pela formação e qualificação dos Oficiais e dos Praças. Sendo este nível correspondente ao trabalho em questão, a formação dos policiais após ao processo de seleção e aprovação nos concursos públicos. Segundo as Normas Gerais de Ensino - NGE (2011) o art.4º afirma que este ensino tem o objetivo de habilitar e propiciar o devido aperfeiçoamento e qualificação para os cargos e funções a serem exercidas. Enquanto, o art.5º preconiza a renovação de conhecimentos e graduação de policiais militares para o curso de aperfeiçoamento de sargentos. Em suma, esse nível compõe tanto o nível técnico, como o superior, a fim de acrescentar mais conhecimentos técnicos e teóricos a profissão.

Diante disso, na Academia de Polícia serão trabalhadas matérias teóricas e a práticas de determinadas situações, a fim de desenvolver estratégias que fundamentem a prática deste profissional. Somado a isto, serão repassados conhecimentos sobre o papel e função, do mandato, dos valores e crenças que envolve a profissão, criando uma identidade militar. Concomitantemente, a formação de soldados perpassa o treinamento que trabalha o vigor físico, o desempenho, a agilidade e as competências necessárias para o exercício de suas funções. (PONCIONI, 2005)

Segundo Luiz (2003), o curso de formação de soldados possui dois objetivos: instrucional e o institucional. O objetivo instrucional visa desenvolver as habilidades e conhecimentos para a realização das tarefas inerentes do policial militar. Enquanto o objetivo institucional está relacionado a qualidade dos recursos humanos e materiais da organização, visando o melhoramento da Corporação.

Desse modo, a NGE (2011) preconiza no art.10 sobre os princípios do Ensino Policial Militar a serem desenvolvidos durante a formação e treinamento do policial: objetividade; progressividade; flexibilidade; continuidade; produtividade; oportunidade; iniciativa e conhecimento. Ainda são avaliados a aptidão para o serviço em que serão considerados, a vocação para o desempenho das funções, o aproveitamento escolar, a disciplina e conduta

durante todo o processo de treinamento, se possui perfil psicológico para o exercício da profissão, além de adequação física e mental. (BRAND; TOLFO, 2012)

Brand e Tolfo (2012) afirmam que dentro da organização policial, o fundamento hierárquico a partir da divisão de cargos e suas respectivas graduações, seguindo uma linha de crescente para decrescente de poder, temos: oficiais superiores (coronel, tenente coronel e major); oficial intermediário (capitão); oficial subalterno (primeiro tenente, segundo tenente); praças especiais (aspirante e subtenente) e os praças (primeiro/segundo e terceiro sargento, cabo e soldado). Dessa forma, há somente duas formas de ocupação militar: a de Oficial ou Praça.

A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico. Na hierarquia da Polícia Militar, o Oficial é preparado para a chefia e o comando. A eles se subordinam as praças (subtenentes, sargentos, cabos e soldados). Os Subtenentes e Sargentos formam o elo entre Oficiais e Cabos/Soldados, que são os elementos de execução. (ASFORA; DIAS, 2006, p.9)

Nota-se, dessa forma, uma formação enrijecida, pautada no rigor hierárquico e na disciplina em que pouco se discute sobre a formação social, sobre os valores culturais e a postura diante das situações de vulnerabilidade social, a criminalidade nas diversas camadas sociais e econômicas, do despreparo ético, moral e psicológico desses profissionais frente as situações de perigo iminente ou até mesmo a promoção do próprio policial dentro da organização (PONCIONI, 2005).

O que se percebe é a distinção entre o preparo teórico na Academia com a realidade que o policial enfrenta em seu cotidiano. Para Bailey (2002, p. 118) “[...] definir o que a polícia faz não é uma questão simples, não só porque é difícil assegurar o acesso permanente a ela, mas também por motivos intelectuais”. Uma vez que a atividade policial pode envolver a designação de funções, as situações que têm que lidar e as ações a serem realizadas frente a essas situações problemáticas.

Outro ponto a ser destacado é o uso excessivo e abusivo da força durante as operações policiais, bem como a falta de preparo para a resolução de uma situação simples, este último pode estar ligado ao fato de a hierarquia militar ser seguida rigorosamente, fazendo com que o praça siga as ordens dos

seus superiores. Nesta perspectiva, Winter e Alf (2019) comentam que a formação do policial militar é baseada somente no controle do crime e da segurança pública e na aplicação da lei, pois ainda que se tenha disciplinas como Polícia Comunitária, ainda apresenta problemas em relação a outros aspectos fundamentais como a interação com o cidadão e a capacidade de mediar conflitos.

Dessa maneira, cabe a Polícia Militar fazer o uso da força somente quando necessário, pois representa o Estado e protege as pessoas. Além disso, para utilizar esse mecanismo, devem ser observados quatro princípios: o da legalidade, o da necessidade, da proporcionalidade e o da conveniência. O Decreto-Lei nº 1002 do Código de Processo Penal Militar (BRASIL, 1969) em seu artigo 34, define que “o emprego da força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga”.

Sob este enfoque, Basílio (2008, p. 4) afirma que “[...] a atuação da polícia não se dá como mediadora de conflitos, todavia, como autoridade intermediária em sua interpretação para promover sua extinção e punição, não sua resolução”. Ressalta-se ainda o despreparo psicológico que o policial enfrenta no cotidiano, pois está em constante contato com situações perigosas, criminalidade, ameaça de morte e diversas cobranças da sociedade e da Organização.

Tal fato está relacionado à concepção e divisão da grade curricular de ensino militar, em que é possível observar a importância que a Organização Militar dá as disciplinas como Psicologia, nesse quesito, a disciplina possui uma carga horária baixa, não obstante, é exigido do policial, o máximo desempenho de suas funções, sendo este impedindo de cometer erros ou falhas, tendo a imagem de que é capaz e forte para lidar com todas as situações.

Portanto, o que se percebe é com conflito entre teoria e prática, pois na teoria o curso de formação tem como proposta a predominância dos princípios militares, o que no cotidiano acaba ocasionando diversos conflitos internos e externos do policial frente ao exercício de sua práxis, além do despreparo para algumas demandas que vão para além da criminalidade.

3 OS FATORES INDICATIVOS DE ADOECIMENTO MENTAL NOS POLICIAIS

Ao ingressar na polícia, o indivíduo passa por uma série de mudanças para se tornar um militar. Tais mudanças correspondem tanto ao aspecto físico, quanto comportamentais. Como fora explicado no capítulo anterior, o policial adquire novos hábitos, pensamentos, postura e características alinhados a doutrina militar, dando a este uma nova identidade. Dentre estes processos de mudanças, uma das mais importantes é ter o entendimento e compreensão dos pilares da organização policial: hierarquia e disciplina. (MOURA, 2019)

A partir disso, percebe-se a forte exigência da Organização para com os seus servidores públicos, além da exigência da sociedade, como também do próprio sujeito. Tais exigências estão diretamente ligadas ao sucesso e êxito das ações policiais, não permitindo a estes a derrota ou fracasso por serem muitas vezes inaceitáveis pelos grupos de policiais. Assim, para o contexto militar o policial deve seguir um padrão, ter os traços da cultura militar, bem como ser adequado ao papel que desempenha (LUSTOSA; GONÇALVES, 2017).

O “normal” assume a concepção do que está padronizado. As crenças, os valores e a rotina geram procedimentos que se dirigem para a homogeneidade e para o sentido estético das coisas. As variações, os desalinhamentos, as diferenças, tudo isso perturba uma lógica dada e uma organização estabelecida. A natureza militar da instituição propõe essa função – padrões, uniformidade, organização, disciplina – restringindo espaços e possibilidades para as diferenças. Essa dinâmica institucional gera alguns problemas porque as diferenças qualificam o humano como tal e representam elementos essenciais da subjetividade do indivíduo. (LUSTOSA; GONÇALVES, 2017, p.39)

Nesse sentido, policiais militares estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de problemas de saúde devido ao trabalho, tais fatores podem estar associados a constante exposição aos riscos de violência, as condições de trabalho, como também diversas exigências da Organização, ocasionando exaustão física e emocional.

Segundo Anjos (2013), o trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de determinados aspectos da vida física e emocional, além de influenciar no modo de pensar e agir. Concomitantemente, Anchieta, Galinkin e Mendes (2011) afirmam que as exigências físicas e intelectuais feitas no trabalho podem gerar danos severos a saúde do sujeito.

Partindo desse viés, uma pesquisa realizada por Minayo, Assis e Oliveira (2011) apontou que 60% dos policiais de ambas as corporações estavam acima do peso e que os policiais militares estavam em um estado mais grave, pois já estavam em estado de obesidade. Nesta mesma pesquisa, foi observado que há uma forte relação de adoecimento físico, psíquico e sobrecarga de trabalho nos servidores civis e militares. Cabe destacar que o policial militar possui um sofrimento emocional mais intenso (33,6%) se em comparação ao policial civil (20,3%). Tais fatores podem estar associados ao ambiente de trabalho, ao processo de controle, a longa jornada de trabalho e a insatisfação com o trabalho.

Nesse sentido, observa-se que as condições de trabalho podem ser por diversas vezes precárias, estando relacionadas aos salários desproporcionais ofertados em alguns estados, aos equipamentos que precisam de manutenção ou serem trocadas, a falta de conhecimento e preparo adequado. Bem como, como a longa jornada de trabalho que são exigidas, impedindo muitas vezes de ter um momento de descanso e lazer com a família, além dos horários afetarem as realizações das refeições e os horários de sono, por estarem em alerta e disponíveis a qualquer momento para o pronto atendimento de uma ocorrência. (MOURA, 2019)

Na visão dos policiais operacionais, sobretudo os que compõem o grupo das praças na Polícia Militar (o ciclo mais baixo na hierarquia), os mesmos fatores responsáveis pela sua “péssima” qualidade de vida afetam sua saúde: ter dois empregos, trabalhar noite e dia, ficar 12 horas na rua tendo comido apenas uma refeição, trabalhar sob pressão, ter que ficar alerta e dormir pouco. Os policiais civis também associam a baixa qualidade de vida às condições e situações do trabalho. As escalas de trabalho de oito por 12 horas são consideradas pelos entrevistados como altamente desgastantes. Dentre os agravos advindos desse regime, os policiais destacam irritabilidade, insônia e envelhecimento precoce. (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011, p. 2205)

Somado a isto, o trabalho do policial ainda colabora para que este profissional seja alvo de ameaças e perseguições, quer sejam para ele ou para sua família. Devem estar sempre alertas e de prontidão independentemente se estiver em seu momento de descanso, como também serem cobrados pela sociedade a desempenharem seus papéis como policiais até nos dias de folga, inviabilizando muitas vezes o descanso de suas obrigações militares. Trata-se, dessa forma, de uma profissão que além de lidar com o sofrimento e problemas

das pessoas com alto índice de pressão, como também do próprio sujeito. Levando assim, muitos policiais ao adoecimento psicológico, uso e abuso de álcool e drogas, problemas afetivos e familiares, além de suicídio (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Em um estudo feito por Costa *et al.* (2007) acerca do diagnóstico e a ocorrência da fase e níveis de estresse em policiais militares na cidade de Natal-RN, constatou-se que dos 264 participantes, 47,4% apresentaram estresse. Desse percentual foram analisados os níveis de estresse, concluindo que 3,4% estavam em estado de alerta; 39,8% encontravam-se em resistência; 3,8% na fase de quase exaustão e 0,4% no estado de exaustão.

Segundo Paulino e Lourinho (2014), o estresse policial já começa desde o curso de formação policial, em que os praças e os oficiais são condicionados a terem comportamentos disciplinados, organizados, centrados e resistentes a pressões físicas e psicológicas. Concomitantemente, são ensinados a terem o controle emocional, sendo exigido que não demonstrem suas emoções, ou seja, sendo indiferentes emocionalmente.

Em 2010, no estado de São Paulo, Oliveira e Santos (2010) realizaram uma pesquisa sobre a percepção dos policiais militares da Força Tática e de rua acerca da sua saúde mental com 24 policiais. Para a pesquisa foi elaborado um questionário contendo 30 questões relacionadas ao cansaço físico e emocional e a percepção do estresse. A partir disso, constataram que 46,1% disseram que às vezes se sentiam pressionados; 91,7% sempre ou às vezes se sentiam estressados; 88,3% estavam sempre ou às vezes cansados emocionalmente após o trabalho; 41,7% já agiram por impulso em uma ocorrência; 20,8% já pensaram em cometer suicídio; 62,5% já foram agressivos no trabalho e 8,3% nunca se sentiram realizados no trabalho.

Sendo o policial um cidadão como todos, está sujeito aos estresses do dia a dia como qualquer outro indivíduo. No entanto, Dias (2020) menciona que o que ocorre é uma fantasia por parte da sociedade de colocar o policial como um ser livre de problemas, com a imagem fictícia de um herói forte, que não sofre com as situações. Contudo, o PM além de ter que lidar com os estresses do cotidiano, sofre pressões inerentes da sua atividade profissional, como o risco de vida, a criminalidade, casos de violência que muitas vezes são

extremas, descaso com a vida, abuso de poder, desvalorização profissional, integridade pessoal, dentre outras.

Destaca-se também as relações que os grupos de policiais militares têm entre si, o tratamento que muitos dão uns aos outros, principalmente quando se trata de níveis de patentes, ou seja, hierarquia. Em relação a isso, destaca-se o estresse e sofrimento psíquico que alguns PM sofrem devido as reações dos seus companheiros de trabalho durante uma ocorrência, sendo consideradas como jocosas e muitas vezes banalizadas. Sob esse viés, durante uma entrevista realizada por uma pesquisa com policiais, o entrevistado diz: “Há uma carga de anormalidade muito grande que nós naturalizamos como normal. Eu volto, a viatura toda furada, e eles rindo. Falam assim: “Puxa vida! Quase pegou você!” (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011, p. 2205).

Assim como ocorre em outras carreiras, o policial militar ao adentrar na profissão cria expectativas, principalmente por ser concursado, acreditando que terá uma carreira estável e segura, estabilidade financeira e ascensão profissional. Entretanto, o que se percebe é a insatisfação com trabalho por não ter acesso a qualidade de serviços, lazer, com salários desproporcionais a carga horária em alguns estados, falta de pertencimento, desvalorização do profissional, dificuldade para subir na carreira, afastamento de relações, perda de companheiros de trabalho, alimentação e sono desregulados.

Dias (2020) ressalta que tais características são percebidas e desenvolvidas com o passar do tempo, ou seja, com os policiais veteranos que estão a serviço mais tempo. Os novatos quando ingressam na polícia estão cheios de entusiasmo, da mesma forma que um dia os veteranos estiveram.

No entanto, esse sentido de pertença é contraposto ao ressentimento pela falta de reconhecimento social, o que, segundo os policiais, mais os aflige: A verdade é que o policial ama a polícia e ama a corporação, disse um praça num grupo focal, acrescentando: O policial é apaixonado pela Polícia Militar, mas a Polícia Militar não gosta dele. Tanto não gosta que os nossos governantes não o valorizam. Assim, a maioria considera o trabalho também como fonte de sofrimento e de adoecimento. (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011, p. 2206)

Souza et al (2012) analisaram os fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares do Rio de Janeiro, tendo a participação de 1.120 policiais. Sendo que desse número, 37, ou seja, 5% dos participantes

apresentaram a prevalência de sofrimento psíquico. Quanto ao sofrimento psíquico em relação aos anos de trabalho, concluiu-se que 13,2% era trabalhadores que estavam há dez anos na corporação, 24% dos que estavam trabalhando entre 11 e 20 anos e 16,2% dos que tinham mais de vinte anos na polícia.

Além do sofrimento psicológico, nota-se as mudanças significativas na vida dos policiais por conta do trabalho, conforme é demonstrado por Ferreira, Bonfim e Augusto (2011) em um estudo na cidade de Recife, acerca do estilo de vida dos policiais militares. Desse modo, dos 288 participantes averiguou-se que 12% fumam, 10% fazem consumo abusivo de bebidas alcoólicas, 73% foram considerados insuficientemente ativos e 40% se envolvem em conflitos frequentemente ou às vezes.

Segundo Anchieta, Galinki e Mendes (2011), o trabalho é considerado como uma atividade que integra todas as dimensões do sujeito, sendo importante na construção da subjetividade. Para além da função de ser de extrema valia para o sustento financeiro do sujeito ou coletivo, como também poder de compra, o trabalho contribui para o desenvolvimento da identidade pessoal, viabiliza a rede de relações, organiza e estrutura a vida da pessoa, podendo influenciar no estado físico e psicológico do sujeito. Dessa forma, há uma relação de interdependência entre as formas de inserção no trabalho e as formas de integração social. Como também, a correlação que se estabelece entre o processo de precarização das relações de trabalho do policial e a vulnerabilidade social a que o indivíduo está exposto diante desse problema.

Em decorrência disso, Souza e Minayo (2005) por meio de uma pesquisa com 375 policiais militares de Goiás, observou-se que 20,3% tiveram transtorno de estresse grave e/ou transtorno de adaptação; 18,2% presença de sintomas depressivos; 9,4% apresentaram ansiedade; 13,5% transtorno afetivo bipolar; 6,3% transtornos mentais e uso e abuso de álcool; 7,4% transtorno depressivo recorrente; 4,7% transtornos mentais decorrentes de alguma lesão; 4,7% transtornos específicos de personalidade; 6,7% outros e 8% sem diagnóstico. Posteriormente em 2017, a Secretária Segurança Pública registrou 470 suicídios de policiais militares com maior incidência entre os meses de abril e novembro, além de 171 tentativas de suicídio.

Um trabalho realizado por Lima et al (2000) intitulado “*O estresse Policial e as Atividades policiais Militares*”, descreveu que 50,85 % dos policiais militares que participaram da pesquisa apresentaram sintomas psicossomáticos do estresse, necessitando de acompanhamento especializado.

Já em 2008, em um trabalho desenvolvido no Batalhão de Polícia de Radiopatrulha por Menezes e Castro (2011, p. 56) concluiu-se que “[...] 62,3% dos policiais militares daquela unidade apresentavam sintomas de estresse laboral”.

O estresse no trabalho está relacionado a uma situação ou várias na qual o indivíduo vê seu local de trabalho como ameaçador à sua necessidade de crescimento pessoal e profissional ou à sua saúde física e mental, podendo prejudicar a sua relação com o trabalho, à medida que este trabalho se torna muito excessivo ou quando a pessoa não possui estratégias adequadas para lidar com tais situações estressoras.

Nesse sentido, o trabalho do policial é relacionado diretamente com o alto índice de perigo, colocando sua vida em risco constante de morte, bem como sendo um ambiente sob pressão. Segundo Lipp e Malagris (2001, p. 483), “o estresse ocupacional pode gerar impacto para o próprio trabalho do indivíduo e para todas as outras áreas da sua vida, na medida em que há uma inter-relação entre todas elas”.

Em consonância a isso, Oliveira e Bardagi (2009) afirmam que a Síndrome de Burnout é um distúrbio emocional caracterizado pelo estado de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico provocados pelas condições excessivas de trabalho. A síndrome possui três aspectos: a exaustão emocional, a despersonalização e a baixa realização profissional. Sob esse enfoque, a **exaustão emocional** ocorre quando o policial tem a sensação de esgotamento, acreditando que não tem energia para realizar as tarefas ou que não conseguir se recuperar do cansaço. A **despersonalização** é caracterizada pelo distanciamento emocional do profissional, principalmente com as pessoas com quem entra em contato no trabalho e nas tarefas que desempenha. Já a **baixa realização profissional** é caracterizada pela sensação de inadequação, fazendo com que o indivíduo perca o sentido do trabalho.

Nesse ínterim, no estado de Santa Catarina foi realizado um estudo por Ascari et al (2016) com 127 policiais militares de um Batalhão de Polícia Militar do oeste catarinense sobre Síndrome de Burnout. Os dados demonstraram que 66,92% dos policiais apresentaram sentimentos negativos frente ao seu trabalho. Enquanto um nível médio de despersonalização, concluiu-se que 67% dos policiais estavam insensíveis ao trabalho, ao passo que 3,13% apresentaram nível alto de Despersonalização. Contudo, cabe destacar que o Burnout não é o mesmo que estresse ocupacional, pois ocorre após um longo processo de tentativas e formas de lidar com estresse, como também a partir do acúmulo de situações estressoras e exaustivas ao longo do trabalho.

Nota-se que os policiais militares estão mais vulneráveis a desenvolver algum tipo de doença ou transtorno mental do que os civis. Contudo se destaca a prevalência de transtornos mentais em policiais civis, uma vez que uma pesquisa feita por Anchieta, Galinki e Mendes (2011) no Rio de Janeiro, apontou uma taxa de 21% policiais civis possuem algum tipo de sofrimento psíquico.

Para Back (2021), quando um policial é exposto aos riscos devido ao seu trabalho ou tem que lidar com a morte, acaba provocando sofrimento mental. Já em uma amostra realizada por Liz et al (2014) em Florianópolis-SC com 86 policiais, identificou que o policial quando exposto a um evento traumático sofre com níveis elevados de estresse, como também pode desenvolver Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT).

Segundo Dantas et. al. (2010, pp. 222), o TEPT consiste em “uma perturbação psíquica decorrente de um evento traumatizante (ameaça à integridade física do próprio indivíduo ou sendo esse apenas uma testemunha do fato)”. Diferentemente dos Transtornos de Ansiedade, o TEPT é decorrente de um acontecimento psicologicamente doloroso e traumático, nesse caso, a pessoa fica revivendo o trauma seja por meio de lembranças ou pesadelos, evocando uma série de sentimentos negativos.

Lima et. al (2000, p. 79-80) afirmam que:

O Transtorno do Estresse Pós Traumático, é uma experiência psicologicamente dominante que retém seu poder de evocar pânico,

terror, pavor, apreensão, aflição ou desespero, manifestos em fantasias diurnas, pesadelos traumáticos e reconstituições psicóticas conhecidas como flashbacks do Transtorno do Estresse Pós-Traumático.

Assim, o policial pode apresentar traumas após o enfrentamento armado e até mesmo ao presenciar uma cena traumática numa ocorrência. Nesse ponto, destacam-se alguns sintomas como: sintomas de reexperiência, sintomas de vacância, sintomas de intrusão e sintomas de estimulação.

Nos sintomas de reexperiência, o policial apresenta as mesmas reações, sintomas e sensações físicas, mentais e emocionais como ocorridas no dia do evento do traumático. Já os sintomas de vacância são caracterizados pela rejeição dos fatos que aconteceram, ou seja, o policial tem o desejo de evitar as lembranças traumáticas. Enquanto nos sintomas de intrusão, o policial apresenta diversos sintomas como recordações aflitivas, sonhos recorrentes ao evento e sentimentos de como se estivesse revivendo o trauma novamente, porém, não apresentam desordens de TEPT por completo. Já os sintomas de estimulação são considerados os mais graves, pois pode ocasionar ao policial o pressentimento de que está em constante risco, acarretando em um trauma severo. (DANTAS et al., 2000)

3.1 O índice de suicídio em policiais militares

Os policiais militares, assim como outras profissões, são considerados como um grupo de risco de morte por suicídio. Nesse sentido Pereira, Madruga e Kahawala (2019), demonstram através dos seus dados que aproximadamente 840 mil pessoas cometem suicídio no mundo a cada ano, o que significa que a cada 40 segundos uma pessoa comete suicídio. Para Durkheim (2011, p. 14) o ato suicida é considerado como “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela saiba que produziria esse resultado”. Entretanto, antes de ocorrer a consumação do ato, o indivíduo passa por um série de comportamentos suicidas envolvendo várias fases como a tomada de decisão, intenção suicida e ideação manifestada.

Em relação ao Brasil, o país ocupa a oitava posição no *ranking* de países da América quanto as taxas de suicídios, com uma taxa de 4,5 casos de suicídio a cada 100 mil habitantes. Já Santa Catarina é um dos estados do país com os maiores números de suicídio nacionais tendo 7 casos a cada 100 mil habitantes. Assim, o suicídio está entre as principais causas de morte de policiais no mundo, porém há poucos estudos sobre este fenômeno, como também quase não se discute sobre essas taxas. No que tange aos fatores internacionais sobre o número de suicídio em policiais, Pereira, Madruga e Kahawala (2019) evidenciam cinco fatores principais: estresse organizacional, traumas de incidentes críticos, trabalho por turnos, problemas de relacionamento e uso e abuso de álcool.

Segundo Silva e Bueno (2017, p.10):

O abuso de álcool potencializa um quadro depressivo e aumenta o risco de suicídio, por duas razões: primeiro, o álcool prejudica a julgamento durante uma crise e aumenta o risco de comportamento impulsivo. Em segundo lugar, uma história de abuso de álcool é frequentemente associada a uma história de transtornos de humor e comportamento impulsivo, errático e violento, tais como intimidações, abuso da força e violência doméstica.

Percebe-se que esse abuso de álcool está intimamente ligado aos fatores estressantes do trabalho, pesquisas apontam que o policial tem mais chances de adoecer mentalmente por conta da profissão do que por outros fatores externos, como por exemplo, a família. Outro ponto a ser destacado são os agravantes impostos pela sociedade quanto ao fato de o policial não poder manifestar fraqueza, angústia, dor e emoções. Nesse ponto, o militar é limitado a permanecer com a imagem inabalável, sendo muitas vezes taxado de forma negativa, como também sofrendo cobranças excessivas. Em relação a isso, Silva e Bueno (2017) apresentam como principais causas organizacionais que levam o policial a cometer suicídio são: estrutura organizacional; papel da polícia; cultura militar; isolamento social; imagem pública negativa; constante contato com o risco de morte; estresse e acesso a arma de fogo.

A banalização da Corporação e da própria sociedade quanto aos sentimentos e emoções do policial, provoca neste a sensação de ser invisível, inutilidade, além de prejudicar no seu desempenho profissional e na autoestima. Nesse sentido, a invisibilidade do policial, pode ser evidenciada através da falta

de inserção em alguns grupos e também no trabalho policial no que tange a escala de prestígio social. Concomitantemente, se destaca também o repúdio ao profissional, apresentado no incomodo que a simples presença dos policiais militares causam em alguns espaços públicos, sendo considerados indesejáveis, relacionando assim à imagem negativa ao policial. Somado a isto, há também a banalização quanto a morte ou medo de perda, sendo vista como “normal” na profissão. (BARBOSA; MENEZES, 2017)

Em uma pesquisa realizada por Barbosa e Menezes (2017, p. 15) na cidade de Fortaleza - CE, um cabo da polícia militar relata sobre o seu trabalho:

Depois de entrar na polícia tudo testa nosso psicológico. De uma simples sensação de portar uma arma, até o ponto de ser alvejado por um disparo de arma de fogo, como aconteceu comigo. Nossa profissão tem risco de morte o tempo todo, a gente presencia todo tipo de crime, corpos humanos destruídos de várias maneiras, uma sensação de ameaça constante, todo tempo, todo tempo.

No decorrer da entrevista, o cabo ainda fala sobre o medo e insegurança quanto a sua família:

E ao contrário do que muitos pensam, o fato de eu ser um policial militar, diretamente, não ajuda em nada em relação a segurança da minha família, já que quando saio para o trabalho deixo ela em casa para cuidar de outras famílias! A questão é que quase nunca estamos em casa e aí é impossível acompanhar meus familiares o tempo todo. (BARBOSA; MENEZES, 2017, p. 14)

Em suma, o suicídio de PM possuem causas multifatoriais que estão de alguma forma ligadas ao exercício do trabalho. Começando desde a entrada na Academia de formação até a práxis do dia a dia, atingindo todas as camadas da sua vida, ou seja, tanto profissionalmente como no âmbito pessoal. Por ser uma profissão de alto risco e por ser reconhecida como um instrumento de combater o crime, um estudo realizado em 2015 pelos pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontou que 79,9% dos policiais já sofreram algum tipo de ameaça no serviço; 59,5% já sofreram ameaça fora do serviço; 73% já perderam algum colega de trabalho durante a práxis, enquanto 77,5% perdeu algum colega fora trabalho e 73,8% já sofreu algum tipo discriminação por ser policial. (FERREIRA et al., 2017)

Baseados nesses dados, o PM se depara com uma situação conflitante em que tanto no trabalho, quanto nas suas folgas, sofre de algum tipo de problema interligado a sua atuação. O policial diferente de outras profissionais, ainda é visto com a sua farda no sentido figurativo, pois ainda que esteja na sua folga deverá cumprir as normas da Corporação, provocando mais pressão em si mesmo, uma vez que este não pode cometer erros ou falhas. Em vista disso, quando o policial erra pode provocar o isolamento dos colegas e família por se considerar um fracasso, gerando assim um sofrimento psíquico incontrolável, o levando a considerar o suicídio como a única opção (FERREIRA et al., 2017).

Uma outra questão que pode ser manifestada como uma das possíveis causas de suicídio do policial militar, são os baixos salários pagos fazendo com que este busque trabalhos extras fora da instituição, geralmente feito como segurança particular de uma empresa, aumentando assim as cargas de trabalho.

Moura (2019) afirma que 60% dos policiais militares prestam serviços particulares fora da instituição policial. Desse modo, ao prestar outros serviços chamados “bicos” para complementarem a renda, comprometem o horário de descanso, o lazer e convívio familiar, necessários para a saúde do trabalhador.

Na Polícia Militar de São Paulo, a taxa de suicídio entre os policiais é 5,7 vezes maior que a população do estado de São Paulo e 6,5 vezes maior que a média da população brasileira. Um estudo avaliou a incidência e o perfil sociodemográfico de suicídios de policiais militares do Rio Grande do Sul ocorridos entre 2006 e 2016. A análise das 31.110 causas-morte indicou que morreram mais policiais militares por suicídio que por mortes relacionadas ao trabalho. Entre 1995 e 2005, a taxa de suicídio na PMERJ variou entre 30,9 e 3,5 por 10 mil policiais da ativa. No mesmo período, a taxa de tentativa de suicídio na corporação oscilou entre 14,1 e 2,8 por 10 mil policiais militares. (PEREIRA; MADRUGA; KAHAWALA, 2019, p. 501)

Cabe destacar que quando o policial adoece, ainda tem que lidar com os julgamentos dos colegas de grupo e da própria instituição. Em relação a isso, tem a percepção de que se admitir seu erro ou que está passando por problemas, precisando de ajuda, é admitir que perdeu o controle da sua vida. Visto que a cultura militar muitas vezes pode ser considerada machista ao determinar que seus servidores não expressem o que sentem. Assim, é exigido

que os policiais estejam constantemente no controle de suas emoções, pois a missão exige grande restrição em circunstâncias fortemente emocionais. Logo, cria-se uma barreira para procurar ajuda psicológica destes sujeitos, pois ao mesmo tempo que lidam com os julgamentos externos, lidam também com os julgamentos que este tem sobre a psicologia (PEREIRA; MADRUGA; KAHAWALA, 2019).

O desejo pela aprovação da família, Organização e sociedade pode provocar no policial uma série de conflitos, pois quando este não é alcançado, se sente fracassado. Lidar com fatores estressores, cobrança excessiva, eventos traumáticos podem evocar nesse indivíduo ideações suicidas. Destaca-se também que os policiais militares das graduações mais baixas possuem a função com carga horária mais excessiva, executando ações e o policiamento de rua, tornando o propenso há mais riscos e perigos devido a função. (MOURA, 2019)

Outro fato são as camadas hierárquicas do Comando que provocam um certo distanciamento social, como também a subordinação a diversas atividades. Ao considerar o suicídio como único meio de parar com todo o sofrimento, o policial pode considerar não só uma situação, mas o acúmulo de desgaste físico e mental desenvolvidos ao longo dos anos no exercício da sua práxis. (MOURA, 2019)

4 A PREVENÇÃO E O ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO MILITAR

Segundo Oliveira e Santos (2010), no Brasil, ser policial envolve constantes riscos por conta de uma série de fatores que fora exposto anteriormente, como por exemplo, insegurança, condições de trabalho, remuneração, valorização profissional, criminalidade e dentre outras. Nesse sentido, ao desenvolver formas de adoecimentos psicológicos, o policial fica vulnerável a diversas variáveis que não prejudicam só a sua prática profissional, como também a sua vida pessoal, causando prejuízos em todos os âmbitos em que este está inserido.

O cansaço físico e a falta de equilíbrio emocional podem levar esses profissionais a assumirem atitudes irracionais durante crises e situações caóticas. Assim, tais atitudes podem levar à falta de eficácia no desempenho do exercício profissional, expondo os policiais e a população em geral a perigos em potencial. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p.227)

Em relação a isso, Lustosa e Gonçalves (2017) apontam que a Psicologia pode ser considerada como mediadora desses conflitos e angústias que surgem desse quadro, a partir das demandas rígidas sobre o PM, principalmente nos momentos em que esse sujeito depara na prática com suas fragilidades e limites. A atuação do psicólogo se baseia na prevenção e nos agravos psicológicos, visando melhorar a qualidade de vida desse sujeito, seja no âmbito profissional ou pessoal.

Em vista disso, Santos, Hauer e Furtado (2019) mencionam que a prevenção institucional pode ser dividida em três níveis: prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária estaria voltada para todos os grupos da instituição, a fim de conscientizá-los acerca da problemática/demanda, como identifica-las e a partir disso, como maneja-las da melhor maneira possível. Já a prevenção secundária trabalha com os grupos de riscos, sejam eles em seus diversos níveis, ou seja, grupos de policiais militares que de alguma forma apresentam índices de transtornos e que apresentam riscos de suicídio, buscando criar estratégias de intervenção que possam ser aplicadas. Por sua vez, a prevenção terciária destina-se aos profissionais que já estão em estado

de sofrimento acompanhado de diagnóstico, como também as pessoas que já tentaram suicídio em algum momento.

Contudo, destaca-se que a inserção do psicólogo na polícia militar é algo recente, como também desafiador. Uma vez que muitas Corporações não possuem um setor de psicologia que atue diretamente no suporte psicológico, ou seja, promovendo algum tipo de atendimento a fim de desenvolver a autonomia e acolher a demanda, possibilitando a este um espaço de fala e de acolhimento adequado para tratar seus conflitos emocionais. Outro ponto se dá ao fato de que até 1987, os primeiros psicólogos que foram inseridos, como por exemplo, na Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG eram contratados para auxiliar no processo de recrutamento e seleção, como também para contribuir na formação e treinamento de novos policiais (BACK, 2021).

Com o decorrer dos anos e o surgimento da demanda de atendimentos psicológicos, a presença do psicólogo nas instituições militares passou a ganhar importância. No entanto, o acompanhamento psicológico ainda enfrenta preconceitos por parte de alguns dentro da corporação, ou até mesmo pela própria Corporação. Concomitantemente, enfrenta as dificuldades e limitações de trabalho devido à falta de repasse financeiro para esse setor, impossibilitando muitas vezes o desempenho do trabalho psicológico para com os PM, além da ausência de um número adequado de psicólogos para o atendimento psicoterápico dos militares, provocando uma sobrecarga nesse profissional e automaticamente, o número crescente de policiais na fila de espera que buscam tratar seus traumas, crises e conflitos.

Partindo desse ponto de vista, Leal e França (2015) apontaram através de uma pesquisa realizada na Polícia Militar da Paraíba - PMPB, sobre a existência ou não do assédio moral dentro da Organização. Através da pesquisa, percebeu-se como o tratamento e postura da polícia militar, pode afetar a forma como o policial militar se sente e se priva de buscar ajuda. Constatou-se também o surgimento do medo, sentimento de impotência frente ao problema, repúdio pela chefia e pelo ambiente de trabalho. Além disso, foram evidenciadas algumas declarações que alguns policiais participantes das pesquisas fizeram aos pesquisadores sobre o modo de como se sentiram diante de um episódio de assédio moral como:

“[...] já ouvi frases como: soldado não é ninguém”; “incapacidade de se comunicar com alguém que tem autoridade.”; “falta de confiança em si próprio podendo chegar à depressão.”; “[...] o militar é dominado pela vontade de seu superior, o poder”. Militar é usado para anular oposição e dominar os subordinados.” (LEAL; FRANÇA, 2015, p. 55)

No que concerne ao preconceito, percebe-se a dificuldade que os policiais possuem em buscar acompanhamento psicológico, uma vez que quando adoecem acabam sendo tratados de forma pejorativa pelos companheiros de profissão e pela própria Corporação. Nesse sentido, Viana (2018) aponta que a formação do policial militar possui fortes ligações com a do militar do Exército Brasileiro, ou seja, sendo composta de rituais de passagem muitas vezes abusivos, em que são privados de direitos e submetidos a dor e violência, onde são preconizadas a ideia da virilidade, agressividade e brutalidade. Desta forma, os cursos de formação de soldados e oficiais não só perpassam as mudanças físicas, como também psicológicas e cognitivas, a fim de projetar os valores institucionais em que são submetidos, sendo as principais: a disciplina e a hierarquia.

Há muitos casos que não são notificados e muitos não buscam o tratamento psiquiátrico porque vão sofrer chacota no ambiente de trabalho. Serão chamados de covardes e fracos; os comandantes podem crer que eles estão enrolando para matar serviço, por exemplo. É um ambiente bem machista e de virilidade, em que não podemos assumir fraquezas. Eu fui treinado assim, com os trotes na academia, os trotes das unidades em que passei. Você é humilhado e tem que aguentar porque o bom militar aguenta, o guerreiro aguenta toda e qualquer violência e acha isso normal. Nos fazem achar que fomos feitos para isso, mas ninguém foi feito para isso (EXAME, 2019, n.p.).

Em suma, prevalece uma cultura pautada no militarismo e que até os dias de hoje tem relações intrínsecas ao patriarcado e machismo também presentes na Ditadura Militar. Assim, para mudar esse posicionamento, é necessário um trabalho de conscientização e sensibilização junto aos policiais militares e gestores quanto à assistência psicológica, demonstrando que buscar ajuda não significa sinal de fraqueza, nem tampouco de loucura, mas que é tão importante quanto cuidar da saúde física. Concomitantemente, é necessário que os gestores e comandantes tenham um olhar mais humanizado e que possam estar capacitados para intervir de forma mais assertiva quando necessário (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019).

Barbosa e Menezes (2017) apresentam que o que fica perceptível é que quando o policial não busca ajuda psicológica e/ou a Corporação negligencia de alguma forma os problemas emocionais e o tratamento psicológico, o número de agentes afastados cresce, uma vez que o rendimento profissional cai e esse profissional se vê impedido de exercer suas funções em detrimento do trauma, do sofrimento e do cansaço acumulado ao longo dos meses e anos de trabalho.

No que tange a isso, em uma reportagem intitulada “No Brasil, pelo menos 43 PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos” realizada em 15 de setembro de 2019 pelo programa Fantástico, foram apontados que ocorreram 16.026 afastamentos de Policiais Militares por problemas psiquiátricos no Brasil, uma média de 43 trabalhadores sendo afastados por dia. Dados estes coletados somente em 15 dos 26 estados e Distrito Federal.

Com o número expressivo de licenças concedidas para tratamento psiquiátrico conforme exposto, mostra-se a relevância de serem realizados intervenções psicológicas dentro das organizações de policiamento, a fim de prevenir os transtornos mentais e promover a saúde mental, como também assegurar o que está previsto no Estatuto da PM de cada estado, viabilizando o acesso ao serviço psicossocial e oferecer atendimento psicológico aos seus agentes. Todavia, ressalta-se que nem todos os estados possuem um serviço de atendimento voltado para a saúde mental dos policiais, como por exemplo, o Acre e Pernambuco (AZEVEDO; ABRANTES; SANTOS, 2017).

Embora o número de afastamentos motivados por transtornos psicológicos seja extremamente relevante, está longe de representar o total de policiais doentes uma vez que, nem todo PM procura ajuda, ainda que esteja precisando. Como fora exposto, o medo de ser rotulado, demonstrar fraqueza e o estigma que acompanha os quadros de transtornos psicológicos, são alguns dos fatores considerados impeditivos para que os policiais doente busquem qualquer tipo de aconselhamento ou ajuda (AZEVEDO; ABRANTES; SANTOS, 2017).

Outra observação pertinente se dá ao fato de que quando estes procuram ajuda, apenas uma parte, é afastada através de licença médica, outros, no entanto, continuam trabalhando em suas funções ainda que estejam em estado de sofrimento. Na reportagem intitulada “No Brasil, pelo menos 43

PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos” exibida no Fantástico (2019, n.p.), um policial relata: “eu costumo dizer que é uma espécie de darwinismo militar. Você tem que se adaptar a ele, se você não se adapta, você comete suicídio ou você rompe a linha da loucura e enlouquece”.

Na mesma entrevista, outro policial quando questionado se havia trabalhado doente, diz:

Cheguei a trabalhar armado, com um fuzil 762, dormindo em pé. Eu cheguei a trabalhar 48 horas sem dormir, eu tive uma alucinação com um fuzil na mão e armado. Perguntei pra um amigo se ele “tava” vendo o que eu tava ali observando, pessoas. Ele falou que não tava vendo nada e aí eu tive ciência de fato que eu não estava bem.

Em vista disso, esse policial do Rio de Janeiro procurou ajuda na Corporação, porém não conseguiu tratamento. Conseqüentemente, teve que fazer tratamento psiquiátrico privado, sendo diagnosticado com Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Evidencia-se nesse caso, a ausência de dispositivos e programas que atendam essa população, fazendo com que muitas vezes esses profissionais paguem seus tratamentos, uma vez que não há o repasse financeiro adequado para esse setor dentro das Corporações. Segundo Zanetin e Amaral (2018), foram constatados por meio dos dados da União, que no Brasil foram gastos mais de 70 bilhões em segurança pública. Em razão da criminalidade e violência, o Estado investe em material bélico, mas não na educação e saúde da pessoa que o manipula.

4.1 Serviços de acompanhamento psicológico na Polícia Militar

A partir do surgimento da necessidade de planejamento dos procedimentos de admissão e treinamento, como também de um programa de acompanhamento profissional e psicológico. Mariano (2019) cita um exemplo de ação com relação aos cuidados com a saúde mental dos policiais militares. O Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar (SiSMen) foi criado em 1997, no estado de São Paulo como um conjunto de programas e serviços com o objetivo de propor promoção em saúde mental, a prevenção do adoecimento e do suicídio por meio de intervenções no campo da psicologia e do serviço social.

Entre as atividades desse Sistema, destaca-se o Programa de Prevenção em Manifestações Suicidas (PPMS), em que são atendidos os policiais ativos e os policiais veteranos. Partindo das ações preventivas em três níveis (universal, seletiva e indicada), sendo promovidas medidas com a finalidade de identificar, reduzir e eliminar fatores que induzam ao suicídio. Somado a isto, o sistema ainda consta com outros programas, como: Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), Programa de Sensibilização para o Encerramento da Carreira Policial Militar (PROSEN), Apoio Psicossocial em Incidentes Críticos e o Programa de Aconselhamento Psicológico (PrAP) que é destinado aos policiais militares que estão entrando na Corporação após concluir a formação técnico-profissional (MARIANO, 2019).

Segundo o Tenente Coronel PM Alberto Tamashiro “os PMs podem comparecer voluntariamente ou por meio de ofício, preferencialmente após um agendamento que deve ser feito pelos telefone” (CAS, 2016, p. 6). Por ser baseado na prevenção, tratamento e restabelecimento da saúde mental do policial militar, o SiSMen conta com um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e 35 Núcleo de Atenção Psicossocial (NAP). No entanto, apesar de São Paulo contar com um sistema de saúde mental para policiais militares, muito há de se mudar, uma vez que o estado conta com um grande quantitativo de policiais ativos do país, fazendo com que a capacidade ainda seja baixa para atender toda a demanda.

Se a Polícia Militar tem um Sistema de Saúde Mental implementado em 2001 e uma Rede de Saúde que vem sendo construída há pelo menos 100 anos, a Polícia Civil de São Paulo não tem rede de atendimento de saúde e muito menos um programa e/ou sistema de saúde mental. A diferença entre as duas instituições no que se refere à saúde do profissional de segurança pública é brutal. Na verdade, é necessário iniciar do zero um programa de saúde mental na Polícia Civil. São Paulo tem a maior Polícia Civil do país, com cerca de 25 mil policiais civis e mais 3 mil da Superintendência de Polícia Técnico Científica. (MARIANO, 2019, p. 42)

Em relação a isso, ressalta-se a urgência da implantação desse serviço e na ampliação dos que já existem. Para Mariano (2019, p.43) “a falta de programa de saúde mental na Polícia Civil traz como consequência o perfil da vitimização policial na instituição. Hoje, o que mais vitima policiais civis é o suicídio policial”.

Enquanto isso, Silva e Santos (2021) afirmam que no estado da Bahia, o psicólogo das policiais militares tem seu trabalho embasado na Lei de nº 9.848 de 29 de dezembro de 2005. Sob esse mesmo viés, o Serviço de Valorização Profissional (SEVAP), estabelece no seu Art. 7º, no Inciso III que fica estabelecido este serviço com o objetivo de gerir as atividades de acompanhamento psicológico, recuperação, readaptação, desenvolvimento e acompanhamento Sócio - Funcional do policial militar, a fim de resgatar o seu potencial Humano e profissional.

Nesse sentido, o setor de psicologia na PMMG tem em suas demandas o cuidado com problemas afetivos e emocionais, problemas profissionais, depressão, problemas de ordem física, como por exemplo, o sono. Além de ansiedade, distúrbios sexuais, medo, ideação suicida, insegurança e dependência química. Cabe ressaltar que a psicologia na PMMG surgiu com o intuito de auxiliar na seleção e na necessidade de melhorar a qualificação dos candidatos admitidos, contudo, com o passar dos anos, a psicologia ampliou sua possibilidade de atendimento na Corporação surgindo a necessidade da atuação sistematizada de psicologia na diversas Unidades da PMMG (SILVA; SANTOS, 2021).

Já no Paraná, Padilha (2007) menciona que a Lei Nº 15.448, de 15 de janeiro de 2007 do Estado do Paraná, no seu artigo 1º, prevê a obrigatoriedade de todos os policiais civis e militares da ativa, a cada a 12 meses passarem por três profissionais: médico, psicólogo e assistente social. Com o objetivo de avaliar e compreender acerca da capacidade para exercer algumas funções no trabalho. Porém na prática, o que se percebe é a ausência de centros especializados nesse tipo de atendimento, o que conseqüentemente acaba acarretando a busca de tratamento particulares por parte do policial doente.

Desse modo, Padilha (2007) enfatiza a importância da criação de Juntas Permanentes de Avaliação Psiquiátrica (JPAP), para que se possa realizar uma avaliação de forma periódica dos policiais militares da ativa, a fim de identificar aqueles que apresentem mínimas alterações de comportamento ou sintomas de transtornos mentais ou distúrbios psicológicos. Como também a implantação dos Centros Terapêuticos (CETE) como parte das instalações do Hospital da Polícia Militar, visando reduzir os custos que o policial tem com os

seus tratamentos, minimizar o número de afastamentos psiquiátricos, viabilizar uma qualidade de vida e trabalho e, por fim, assegurar o que é previsto por lei.

Conforme o estado apresentado acima, Costa (2019) menciona que o estado de Goiás apresenta uma lei acerca da saúde mental de policiais. A Lei estadual nº 17.658 assegura a policiais militares e bombeiros aposentados o acompanhamento psicológico. Nesse caso, o acompanhamento psicológico do policial militar e do bombeiro militar é realizado por profissionais do comando de saúde das duas corporações, e se houver necessidade, também por profissionais integrantes do quadro de servidores do Estado.

Art. 1º Fica instituída na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar a assistência psicológica a policiais militares e a bombeiros militares em via de passarem à inatividade. Parágrafo único. O benefício instituído por este artigo será prestado dentro do período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a inativação do policial militar e do bombeiro militar. Art. 2º A assistência criada por esta Lei compreende o acompanhamento psicológico e a orientação técnica dos policiais militares e dos bombeiros militares prestes a passarem para a inatividade. Parágrafo único. O acompanhamento e a orientação de que trata este artigo consistirão na preparação psicológica dos milicianos para se tornarem inativos gozando de plena saúde mental. Art. 3º O acompanhamento psicológico do policial militar e do bombeiro militar previsto nesta Lei será feito por profissionais do Comando de Saúde da PM e do Comando de Saúde Bombeiro Militar, áreas de psicologia, e, se necessário, por psicólogos integrantes do quadro de servidores do Estado, designados pela Gerência de Saúde e Prevenção da Superintendência Central de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. § 1º Os profissionais encarregados do acompanhamento psicológico dos policiais e dos bombeiros militares, após a avaliação de cada caso, definirão o número de sessões necessárias para o completo preparo do militar prestes a deixar o serviço ativo. § 2º A assistência psicológica profissional instituída por esta Lei deverá ser amplamente divulgada nas Corporações, com esclarecimentos de sua finalidade, bem como da importância para o candidato à inatividade recebê-la. Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (GOIÁS, 2012).

Em vista disso, a lei em vigor tem como finalidade ser destinada somente aos militares inativos, ou seja, aposentados. Não se percebe a mesma garantia no que tange aos profissionais ativos, sendo necessário também a implantação de serviços e dispositivos que viabilizem o acompanhamento psicológico a todos em questão. Considera-se também de extrema valia o fato de terem uma lei que assegure aos militares o acompanhamento adequado nesse processo de transição de ativo para inativo, fazendo com que esta não seja de forma abrupta, mas que seja adaptativa. (COSTA, 2019)

Por fim, Back (2021) destaca que os estados citados nesse tópico ainda que viabilizem de alguma forma o atendimento psicológico, possuem suas dificuldades em manter seus programas, como também não promovem uma certa facilidade no que tange a entrada e uso desses mecanismos. Logo, é necessário que os programas já existentes ampliem seu quadro de atendimento psicológico, seja na criação de novos programas ou na expansão dos já existentes.

Outro ponto que Back (2021) também destaca é o fato de alguns estados não possuírem nenhum tipo de atendimento especializado em saúde mental e que quando é oferecido, há uma série de questões que tornam muitas vezes inacessíveis. Cabe a União criar projetos de lei que garantam o acesso aos cuidados de saúde mental do policial, como também a cada estado viabilizar o repasse necessário e manutenção desses serviços e, as Corporações facilitar esse atendimento tendo um olhar mais humanizado em relação aos seus servidores e dando a importância e a valorização que esse profissional precisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão do policial militar é marcada por uma série de situações que o expõe a perigos externos e internos. Durante as ocorrências, ficando vulnerável fisicamente e emocionalmente tanto ao cumprimento das funções, como aos preconceitos e expectativas advindos da população. Concomitantemente, ainda tem que lidar com as pressões e crenças institucionais que muitas vezes invalidam o seu sofrimento. Por ser um profissional que é preparado para apresentar a sua máxima excelência, o policial sofre de diversos problemas que acabam acarretando muitas vezes em distúrbios mentais.

Fatores como estresse, perigo, pressão institucional, rotina, carga horária de trabalho, remuneração, disciplina rígida somado ao uso e abuso de álcool e drogas, e o acesso a arma de fogo podem contribuir para o sofrimento psíquico do policial. Todavia, este não é preparado para demonstrar seus sentimentos em virtude dos pilares fundamentais que sustentam a Instituição: disciplina e hierarquia. O policial tenta manter a postura de que é capaz de lidar com tudo e que não comete erros ou falhas.

Nesse sentido, a Corporação muitas vezes deixa de enxergar o seu servidor como um ser humano passível de sentimentos, que assim como qualquer outro cidadão está vulnerável a limitações e conflitos seja no âmbito emocional, cognitivo e físico. Por estar exposto à violência e a criminalidade, o policial acaba sofrendo traumas que acarretam no desenvolvimento de transtornos mentais, os impedindo de exercerem suas funções ou recorrerem ao suicídio como forma de “fuga” da dor e cansaço acumulado ao longo da sua carreira.

Em virtude desse aspecto, o presente trabalho foi desenvolvido em cima do tema “O adoecimento psicológico dos policiais militares em decorrência das exigências impostas pela prática profissional”, a fim de demonstrar a relação do adoecimento psicológico com a profissão do policial.

Em detrimento disso, as hipóteses levantadas durante esse trabalho se mostraram verdadeiras, uma vez que se percebe como os fatores relacionados ao trabalho desempenhado pelo policial contribuem para o adoecimento, tal

veracidade foram apresentadas por meio de dados, índices e estudos acerca da saúde mental do policial militar.

Dessa forma, os tópicos foram desenvolvidos com o objetivo de descrever desde a formação do policial até as funções exercidas em sua práxis; elencar pesquisas que indicam o adoecimento psicológico dos policiais em razão do trabalho exercido e demonstrar quais os serviços e como ocorrem o atendimento de apoio psicológico aos policiais civis e militares. Tais tópicos tiveram o propósito de trazer em questão os problemas enfrentados pelos policiais militares que causam prejuízos a sua saúde mental e, principalmente de alertar acerca do número excessivo de policiais doentes em detrimento do trabalho.

Diante disso, ressalta-se a importância da criação, planejamento e aplicação de estratégias que minimizem os impactos causados pela práxis da PM, como também, a criação de políticas públicas que atendam a esse público em específico.

É necessário também que todos os estados e municípios possuam um setor de psicologia especializado em atendimento do policial militar, viabilizando aos seus agentes o tratamento adequado, como também, que as Corporações valorizem profissionalmente e escutem esses sujeitos que demonstram insatisfação com as condições de trabalho. Sob esse mesmo viés, ressalta-se que os estados realizem concursos públicos para a contratação de mais psicólogos para trabalharem dentro dos Batalhões da PM e que seja preconizada o acompanhamento psicológico durante toda a carreira do policial militar.

Por fim, destaca-se a necessidade do preparo psicológico na formação do policial de forma mais aprofundada, dando mais importância a esta disciplina a fim de promover conhecimento adequado sobre saúde mental. Além disso, considera-se de extrema relevância que os estados em que são ofertados serviços psicológicos aos policiais facilitem o acesso dos seus agentes aos atendimentos, articulem políticas institucionais em que estejam pautadas o apoio e incentivo da categoria ao cuidados psicológicos.

No mais, critica-se a falta de material acerca da saúde mental e a dificuldade encontrada para a obtenção de dados consistentes sobre o

adoecimento psíquico dos policiais militares por ainda ser um tabu até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, Vania Cristine Cavalcanti; GALINKIN, Ana Lucia; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Trabalho e risco de adoecimento: um estudo entre policiais civis. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília – DF, v. 27, n. 2, p. 199-208, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/v5zqPF6GG9NJQqSJwGmyhnn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2022.
- ANJOS, Felipe Burle dos. **Organização do Trabalho**. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, A. (ORG) Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica. Curitiba: Juruá, 2013. p. 267-273.
- ASFORA, Sílvia Cauás; DIAS, Sônia Maria Rodrigues Calado. **Modelo de qualidade de vida no trabalho para polícia militar de Pernambuco**. REAd, Ed. 49, v. 12, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4011/401137450006.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.
- ASCARI, Rosana Amora *et al.* PREVALÊNCIA DE RISCO PARA SÍNDROME DE BURNOUT EM POLICIAIS MILITARES. **Revista Cogitare Enfermagem**, Chapecó, v. 2, n. 21, p. 1-10, abr. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44610/28562>. Acesso em: 22 maio 2022.
- AZEVEDO, Daniela dos Santos; ABRANTES, Diego Saimon de Souza; SANTOS, Beatriz Maciel. Transtornos mentais em policiais militares: um estudo documental. **Revista Tempo Amazonico**, Macapá, v. 1, n. 5, p. 133-145, jun. 2017.
- BARBOSA, Louise Maia; MENEZES, Catarina Nívea Bezerra. A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. **Psicologia Argumento**, Fortaleza, v. 89, n. 35, p. 1-21, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/25564/23575>. Acesso em: 22 maio 2022.
- BASILIO, Marcio Pereira. **O Desafio da Formação do Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro: Utopia ou Realidade Possível?** 2008. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/APS-A383.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.
- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução de René Alexandre Belmonte. – 2. ed. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- BACK, Caroline Moreira. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 208-225, fev. 2021. Disponível em:

file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/1147-Texto%20do%20artigo-5127-1-10-20210330.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

BRAND, Aniele Fischer; TOLFO, Suzana da Rosa. **O processo de formação do Policial Militar**. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2883/715>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://goo.gl/IBKAnh>. Acesso em: 9 abr. 2022.

BRASIL. **DECRETO LEI N° 667, de 02 de Julho de 1969**. Reorganiza as Policias Militares e o Corpo de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e dos Distrito Federal e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm#:~:text=Reorganiza%20as%20Pol%C3%ADcias%20Militares%20e,Federal%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias>. Acesso em: 22 maio 2022.

CAS. **Centro de Apoio Social de São Paulo**. 2016. Disponível em: [http://www.aopp.org.br/imprensa/Revista/Edicoes/\[23092014172636043\]Pag%2006.pdf](http://www.aopp.org.br/imprensa/Revista/Edicoes/[23092014172636043]Pag%2006.pdf). Acesso em: 22 maio de 2022.

COSTA, M. et al. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 21, n. 4, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2007.v21n4/217-222/pt>. Acesso em: 30 maio 2022.

COSTA, Thiago Moreira da; AMARAL, Elaine de Paula Oliveira. **Adoecimento psicológico: um risco silencioso enfrentado pelo policial militar**. 2018. 20 p. Disponível em: https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1076/1/1849_Tiago_Moreira_Da_Costa_DP_FINAL_13447_1706486091.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

DANTAS, Marilza Aparecida et al. Avaliação de Estresse em Policiais Militares. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n. 3, p. 66-77, mar. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300006. Acesso em: 30 maio 2022.

DIAS, Cledinaldo Aparecido. **ADOECIMENTO E RETORNO AO TRABALHO APÓS TRANSTORNO MENTAL: um estudo com policiais militares do distrito federal à luz da sociologia clínica**. 2021. 349 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/39698/1/2020_CledinaldoAparecidoDias.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio. Estudo da Sociologia**. Tradução Mônica Sthael. – 2. ed. – São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. (2012). Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde Soc.**, São Paulo, 21(4), 989- 1000.

FERREIRA, Leonardo Borges et al. Risco de adoecimento no trabalho: estudo com policiais militares de um batalhão de polícia de Brasília. **Revista Gestão & Sociedade**, v. 11, n. 29, maio/ ago. 2017. Disponível em: <https://gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2150/1227>. Acesso em: 30 maio 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa de vitimização de risco entre profissionais do sistema de Segurança Pública**. São Paulo. 2015, p. 1-19. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Pesquisa_vitimizacao_percepcao_risco_2015.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

GOIÁS. **Lei nº 17.658, de 05 de junho de 2012**. Dispõe sobre o acompanhamento psicológico a policiais militares e a bombeiros militares em via de passarem à inatividade e dá outras providências. Diário Oficial. Goiânia, 05 de junho de 2012. Disponível em: http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=10320>. Acesso em: 22 maio de 2022.

LEAL, Armstrong dos S. FRANÇA, Marlene H O. O assédio moral como conduta violadora dos direitos fundamentais no meio militar. **Caderno de administração** – v.23, n.1, Maringá 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/24793>, Acesso em: 22 maio de 2022.

LIMA, Augusto Mamede; SOUZA, Carlos André Barbosa; MELICH, Klaus Matheus. **O estresse policial e as atividades policiais militares**. 2000. Monografia (Curso Avançado de Administração Policial Militar). Porto Alegre: Academia de Polícia Militar, 2000.

LIPP, M.N.; MALAGRIS, L. N. **Manejo do estresse**. São Paulo: Livro Pleno. 2001.

LIPP, Marilda Novaes; COSTA, Keila Regina da Silva Nunes; NUNES, Vanessa Oliveira. Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. **Rev. Psicol. Organ. Trab.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 46-53, mar. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1984-66572017000100006. Acesso em: 4 fev. 2018.

LIZ, Carla Maria et al. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. **Rev. Cubana de**

Medicina Militar, v. 4, n. 43, p. 467-480, 2014. Disponível em: http://bvs.sld.cu/revistas/mil/vol43_4_14/mil07414.htm. Acesso em: 30 maio 2022.

LUIZ, Ronilson de Souza. **O currículo de formação de soldados da Polícia Militar frente às demandas democráticas**. 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/9947/1/Ronilson.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2022.

LUSTOSA, Daniela Bizzotto Soares; GONÇALVES, Heli José. Psicologia na polícia militar: desafios do âmbito da cultura organizacional – **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, 6 ed., 35-50, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/periodicos/index.php/psicologia/article/view/93/200>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MARIANO, Benedito Domingos. **Uma análise crítica sobre Suicídio Policial**. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2019. p. 1-87. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial_aprovacao_mariano.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

MENEZES, Dalmo dos Santos; CASTRO, Emerson Câmara. **A importância da Avaliação dos Níveis de Estresse Ocupacional dos Policiais Militares da Unidade Operacional de Radiopatrulhamento**. 2011. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais). Maceió: Academia de Polícia Militar, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhães. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro – RJ, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 maio 2022.

MIRANDA, Dayse et al. (Org.). **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016a. 148 p. Disponível em: Acesso em: 30 maio 2022

MOURA, Simone Vivian de. Os impactos do trabalho sobre a saúde mental do policial militar. **Revista Psicologia: saúde mental e segurança pública**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 71-78, dez. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/793-Texto%20do%20Artigo-2283-1-10-20200630.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**

[online]. 2010, v. 12, n. 25, p. 224-250. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300009>>. Acesso em: 30 maio 2022.

OLIVEIRA, Paloma Laço Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, dez. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2022.

PADILHA, Sergio Lunardon. **Controle e prevenção dos transtornos mentais por meio da avaliação psiquiátrica periódica do policial-militar**. 2007. 68 f. Monografia (Especialização) - Curso de Medicina, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/63145/SERGIO%20LUNARDON%20PADILHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 maio 2022.

PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**. Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 58-77, 2014. Disponível em: <https://doczz.com.br/doc/57320/o-adoecimento-psicol%C3%B3gico-do-policial>. Acesso em: 25 maio 2022.

PEREIRA, Gustavo Klauberg; MADRUGA, Amanda Batista; KAWAHALA, Edelu. Suicídios em uma organização policial-militar do sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Florianópolis, v. 4, n. 28, p. 500-509, nov. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/8DR9jr4bsQjtq5j7Rp3GX6S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2022.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC). **Norma Geral de Ensino**. Florianópolis: Diretoria de Instrução e Ensino, 2015.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado** [online]. 2005, v. 20, n. 3, p. 585-610. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922005000300005>>. Acesso em: 11 abr 2022.

SANTOS, Rosemary de O. Boffi; HAUER, Roseli D.; FURTADO, Tânia M G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão & Saúde**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 20, p. 14-27, abr. 2019. Disponível em: <https://herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVA, Marcus Antonio; BUENO, Hellen Paola Vieira. O Suicídio Entre Policiais Militares Na Polícia Militar Do Paraná: Esforços Para Prevenção. **Revista De Ciências Policiais da APMG**. São José dos Pinhais, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2017.

Disponível em:

https://www.apmg.pr.gov.br/sites/apmg/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/01_o_suicidio_entre_policiais_militares_na_policia_militar_do_parana.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVA, Reinaldo Carlos dos Santos; SANTOS, Jandira Dantas dos. O policial por dentro da farda: estudos psicológicos. **Revista Fatec de Ciências e Tecnologias**, Bahia, v. 6, n. 1, p. 1-22, set. 2021. Disponível em: <https://www.revista.fatecba.edu.br/index.php/rftc/article/view/121/39>. Acesso em: 22 maio 2022.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, July 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Mv8nPJ5DtPxMLNcJnwZ9rjq/?lang=pt> . Acesso em: 22 maio 2022.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2005, v. 10, n. 4, p. 917-928. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pxr9RTRgLtdVtThPjczNXjJ/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SECRETARIA GERAL DO EXÉRCITO. Comissão de Cerimonial Militar do Exército. **Valores, deveres e ética militares (VM 10)**: Brasília, 2002. Não paginado. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15056067-Vade-mecum-de-cerimonial-militar-do-exercito-valores-deveres-e-etica-militares-vm-10.html>. Acesso em: 9 abr. 2022.

SILVA, Maurivan Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade** [online]. 2008, v. 17, n. 4 [Acessado 2 Junho 2022] , pp. 161-170. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>>. Acesso em: 22 maio 2022.

VIANA, Dênis Wellinton. **Entre a academia militar e a rua**: um estudo sobre a formação e a prática de policiais militares na perspectiva da educação e da psicologia social comunitária. 2018. 267 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.prppg.ufpr.br/signa/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=38185&idprograma=40001016001P0&anobase=2018&idtc=1400>. Acesso em: 9 abr. 2022

WINTER, Lilian Ester; ALF, Alessandra Machado. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** 2019, vol.19, n.3, pp. 671-678. ISSN 1984-6657. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214>. Acesso em: 9 abr. 2022.

ZENETIN, Gilberto Luiz Souza; AMARAL, Elaine de Paula Oliveira. **A importância do acompanhamento psicológico na atividade policial**. 2018. 15 p. Disponível em: https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1064/1/189_Gilberto_Luiz_Souza_Zanetin_deposito_final_13447_1378365688.pdf. Acesso em: 11 abr. 2022.

DOCUMENTÁRIOS

FANTASTICO. **No Brasil, pelo menos 43 PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos** – Rede de televisão globo. Brasil, 15 set 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NwikAqB-Rb0>. Acesso em 30 maio 2022.

MOREIRA, Matheus; PICOLO, Thiago (ed.). PMs sofrem com suicídios e transtornos mentais sem apoio da corporação. 2019. **Elaborada por Exame**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pms-sofrem-com-suicidios-e-transtornos-mentais-sem-apoio-da-corporacao/>. Acesso em: 30 maio 2022.